

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cozeta de Notícias

Class.: 270

Data: 20 de agosto de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

### Exploração é Compatível Com Cultura Indígena

É possível que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) esteja sendo usado por concorrentes do Brasil na produção de cassiterita (estanho). A afirmação foi feita pelo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), João Sérgio Marinho Nunes ao comentar o envio pelo Cimi da sugestão popular à Assembleia Constituinte propondo a não exploração das riquezas minerais em regiões habitadas por indígenas. "É evidente, por exemplo, que não interessa aos países asiáticos, como Malásia e Indonésia que o Brasil amplie sua produção de cassiterita", explicou Nunes, garantindo que a mineração tecnicamente bem conduzida é compatível com a preservação da cultura dos índios.

O presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), José Carlos Boa Nova disse que a denúncia do Cimi, de que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) já concedeu a grupos multinacionais 215 alvarás de pesquisa em terras indígenas, não pode ser verdadeira, pois existe uma proibição do governo nesse sentido. O que ocorre segundo ele, é que após a concessão do alvará de exploração a determinada empresa, a Funai amplia a reserva indígena que passa, a abranger aquela área, surgindo então os conflitos.

Nunes e Boa Nova participaram de um encontro com a imprensa junto com o chefe da representação do Ibram em Brasília, Lélio Fellows Filho e o chefe do Departamento de Indústrias Metaisúrgicas e de Mineração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Hélio Bialk. Segundo o presidente do Ibram, os empresários do setor de mineração estão preocupados não só com a questão da proibição da exploração de minérios nas áreas indígenas, mas com outros dois pontos do anteprojeto de Constituição "que inviabilizariam a indústria da mineração no País": a limitação da lavra a prazo determinado e o fim do Imposto Único sobre Minerais com a introdução da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Se o direito à lavra for restrito a um prazo determinado, "e a menos que esse prazo seja de 99 anos", ponderou Nunes as empresas tenderão a fazer a exploração predatória, "extinguindo os filões mais ricos de minério em pouco tempo e deixando os ossos para os outros. As indústrias preocupadas com o fim do prazo para exploração, evitarão o uso de tecnologia adequada ao bom aproveitamento das jazidas", advertiu e acrescentando que o fim do imposto único irá expor as empresas "à cobrança dos estados e municípios e abrir caminho à criação de novos impostos".

Após afirmar que a convivência dos indígenas com a exploração de minerais é compatível, João Sérgio Marinho Nunes sugeriu que a Funai passe a exigir a participação dos índios nos lucros das mineradoras. Em defesa da mesma idéia o presidente da CPRM citou o exemplo dos índios Caiapós, do Sul do Pará. "já associados a empresas de mineração", e dos Gaviões, às margens da Ferrovia dos Carajás "em negociação com a Companhia Vale do Rio Doce para receberem pedágio pelo transporte de minério que é realizado através de suas terras".